

## Artigos Originais

### REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE CURAÇÁ-BA

## Original Articles

### REFLECTIONS ON INCLUSIVE EDUCATION AT THE MUNICIPAL PUBLIC SYSTEM OF CURAÇÁ-BA

Roberto Remígio Florêncio\*

betoremigio@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/2827979747157274>

Martins Dantas Paixão\*\*

martins\_paixao@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9680242327032668>

Carlos Alberto Batista Santos\*\*\*

cacobatista@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/0024544164324027>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 -

está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



**RESUMO:** Com o objetivo de compreender e analisar o processo de aprendizagem de um aluno com deficiência, no 5º ano do Ensino Fundamental I, em uma escola municipal da rede pública na cidade de Curaçá-BA, este estudo propõe uma análise sobre a Educação Inclusiva nas escolas regulares. Optou-se por uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, com aspectos técnicos e metodológicos que direcionam para a compreensão dos dados pesquisados a partir de um estudo de caso. Durante o processo da pesquisa, foram realizadas visitas ao espaço escolar e a observação participante em acompanhamento das aulas. Recorreu-se à literatura em busca de compreender conceitos de diferentes autores da área, além de relacionar teoria e prática na busca pela compreensão dos fenômenos, através dos dados identificados. Os resultados estão apresentados de forma clara, objetivando oportunizar uma análise crítica acerca da prática inclusiva nas escolas regulares da rede de ensino municipal. As considerações finais deste estudo não apresentam conclusões, mas indícios da situação de formação no trabalho dos profissionais da educação que contribuem para a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

\* Doutorando em Educação (UFBA); Professor Língua Portuguesa (IF Sertão - PE); Mestre em Educação e Cultura (UNEB); Licenciado em Pedagogia (UNEB) e em Letras (UPE).

\*\* Pedagogo (UNEB); Especialista em Psicopedagogia (UPE); Mestrando em Educação e Cultura (UNEB)

\*\*\* Doutor em Etnobiologia (UFPE); Coordenado do Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Biólogo (UPE)

**Palavras-chave:** Ensino-aprendizagem. Educação Especial. Formação de Professores.

**ABSTRACT:** In order to understand and analyze the learning process of a student with disabilities, in the 5th grade of Elementary School I, in a public school in the city of Curaçá-BA, this study proposes an analysis of Inclusive Education in regular schools. The research has a qualitative approach, with technical and methodological aspects that lead to the comprehension of the researched data from a case study. During the research process, visits were made to the school space and participant observations were done alongside the classes. Literature was used in order to understand concepts of different authors of the area, besides relating theory and practice in the search for understanding the phenomena, through the identified data. The results are clearly presented, aiming to provide a critical analysis on the inclusive practice in regular schools of the municipal educational system. The final considerations of this study do not present conclusions, but indications of teacher's training situation that contributes to the learning of the students with disabilities.

**Keywords:** Teaching-learning. Special education. Teacher training.

## **INTRODUÇÃO**

Desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988), pode-se dizer que os avanços acerca das práticas para inclusão e as (in)formações para a Educação Inclusiva foram muitos, no entanto, há ainda um caminho longo a ser percorrido no que diz respeito à educação inclusiva, que possa garantir a permanência dos estudantes com deficiência nos espaços escolares. A CF assegura que todos devem receber educação e ter seus direitos de acesso e permanência no sistema regular de ensino pelas redes públicas. Contudo, segundo Pan (2013), simplesmente garantir o direito de todos à educação não é o suficiente para que se possa atender aos anseios de uma educação inclusiva, ademais, faz-se necessário, assegurar uma educação de qualidade a todos. Entre tantos desafios a serem superados por pessoas com limitações e que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda estão, na maioria dos casos, a falta de capacitação dos profissionais da educação e o enfrentamento ao preconceito e à discriminação externa.

A Educação Inclusiva (EI) é o processo de inclusão dos estudantes que necessitam de atendimentos especiais e preconiza que todos devem ser inseridos na escola regular, sem distinções, restrições ou separações. A EI recomenda mudanças nas práticas pedagógicas realizadas na escola, de forma que a equipe pedagógica deverá desenvolver práticas, metodologias e atividades que possam atender as necessidades

específicas de aprendizagem dos alunos, tendo como referência o sistema educacional e as suas possíveis limitações. De acordo com Glat, Fontes e Pletsch (2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial apontam um conceito de escola inclusiva como uma instituição escolar regular proposta pelo Projeto Político Pedagógico (PPP), no currículo, na metodologia, na avaliação, nas estratégias de ensino e nas ações que favoreçam práticas educativas diferenciadas que atendam aos alunos especiais. É importante reconhecer as características e dificuldades individuais de cada aluno para então, determinar qual tipo de adaptação curricular é necessário para que ele aprenda. Dentre algumas necessidades educacionais, podemos mencionar as deficiências sensoriais (auditiva e visual), deficiência mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiências múltiplas, como a paralisia cerebral e outras condições especiais como a dislexia, altas habilidades e transtornos do tipo Transtorno de Déficit de Atenção (TDA) e hiperatividade, entre outras (GLAT; FONTES; PLETSCHE, 2006).

## **CONTEXTOS E ANÁLISES SOBRE EDUCAÇÃO E ESCOLA INCLUSIVAS**

Os estudos de Ziliotto (2007) apontam que a Educação Especial ou Inclusiva é algo que merece maior atenção, uma vez que busca construir o futuro de indivíduos em situações de vulnerabilidade e que, por sua vez, buscam no espaço escolar desenvolver habilidades que contribuam e possibilitem a conquista de sua autonomia social. O que de certa maneira não deixa de ser um desafio a mais para as instituições educacionais, desafios acompanhados de medos, lutas, incertezas, erros e acertos. O Ministério da Educação reconhece que inclusão não significa somente matricular os educandos, mas oferecer aos profissionais da educação e às escolas em geral o suporte necessário para as suas ações pedagógicas. Discorrer sobre Educação Inclusiva é falar em igualdade de direitos, das diferenças física, intelectual, étnica, cultural ou religiosa, direitos e também deveres e romper com as barreiras impostas pela utopia de conseguir a homogeneidade, a normalização. No entanto, para que a inclusão seja efetivada de fato, Ainscow (2004, p. 212 *apud* GLAT; PLETSCHE ; FONTES, 2007, p. 345) sugere que a inclusão deve ser alicerçada por três aspectos interrelacionados:

- a) a presença do aluno na escola, substituindo o isolamento do ambiente familiar pela sua inserção num espaço público de socialização e aprendizagem;
- b) a sua participação efetiva em todas as atividades escolares,

a qual não depende apenas de ‘estímulos’ de colegas e professores, mas do oferecimento de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias; e c) a construção de conhecimentos, função primordial da escola e meta a ser perseguida durante o processo de inclusão.

Em outras palavras, incluir-se ao processo, é sentir-se parte e estar junto, compartilhando momentos de ensino e também de aprendizagem, é viver e aprender com as diferenças e apresentar para as nossas vidas a combinação das cores com sua harmonia, beleza e diversidade. Além disso, é respeitar e ser respeitado, é amar e ser amado, é olhar e viver a diferença como o direito de ser também diferente. É está ciente e consciente de seu papel de corresponsável pelo bem-estar do outro, numa perspectiva de desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática.

Na inclusão, é pertinente pensar naquilo que a criança já traz de suas vivências, seja o conhecimento empírico ou científico através do seu convívio com a sociedade, familiar e contexto atual e assim poder dialogar com aquilo que se pretende ensinar ao aluno. Weisz (2000) afirma que é importante que o professor compreenda o que seus alunos sabem ou não para poder atuar. Nesse sentido, a Educação Inclusiva deve também percorrer esse viés porque, possivelmente, esse aluno apresenta uma bagagem de conhecimentos prévios e, a partir desses conhecimentos, possa construir novos aprendizados com conteúdo formal e apoio necessário para o seu desenvolvimento. É importante inovar, criar situações que busquem auxiliar e facilitar a aprendizagem do aluno com consciência, embasamento e reponsabilidade daquilo que se propõe a fazer. Dessa forma, em Weisz (2000, p. 59) vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

Se o professor procura inovar sua prática, adotando um modelo de ensino que pressupõe a construção de conhecimentos sem compreender suficientemente as questões que lhe dão sustentação, corre o risco, grave no meu modo de ver, de ficar deslocando de um modelo que lhe é familiar para o outro, meio desconhecido, sem muito domínio de sua própria prática.

Portanto, ainda com base no pensamento de Weisz (2000), é importante pensar em outras formas/maneiras de agir nas articulações e dialogando com os conceitos teóricos sobre Educação Inclusiva e Escola Inclusiva envolvendo toda a equipe escolar: diretores, professores, encarregados de educação, funcionários, comunidade e alunos, todos serão grandes aliados na condução e organização para um bom funcionamento da instituição numa perspectiva de acolhimento coletivo, garantindo o mesmo direito a todos e não deixando espaço para o sentimento de exclusão.

Do ponto de vista prático, a Educação/Escola Inclusiva é uma realidade cada vez mais comum no cotidiano da vida escolar, nesse sentido, é válido repensar as práticas educativas adotadas no dia a dia escolar. Dar importância às estratégias de acolhimento e inclusão sem perder de vista as responsabilidades e participação que cada envolvido possui nesse processo de construção e adaptação dos sujeitos portadores de necessidades especiais, sejam por mobilidade reduzida ou de natureza intelectual. Além disso, praticar a escolarização desses sujeitos é necessário que se leve em consideração suas limitações físicas ou de qualquer outra natureza. Tais aspectos exigem mudanças nas práticas pedagógicas (GLAT; BLANCO, 2011).

Entende-se que não se pode olhar para as crianças e jovens, através de testes e exames, mas é preciso envolvê-las e avaliá-las em todo o processo de construção do seu saber, numa dinâmica de cooperação com os seus pares. Não se trata de enxergar o indivíduo, isoladamente, contudo para o grupo em que se implanta, num modo mobilizador e cooperativo, numa perspectiva de diferenciação pedagógica inclusiva (SANCHES; THEODORO, 2006), ou seja, diferenciar tarefas dentro do grupo e não indivíduos.

Neste contexto, escola inclusiva deve estar preparada em desafios para receber alunos com deficiência física e/ou deficiência de aprendizagem, com perspectivas de uma prática pedagógica inovadora de inclusão desses alunos e o envolvimento participativo da comunidade de acolher a todos e concretizar um trabalho mútuo positivo entre todos.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

Esta pesquisa se baseia em um estudo de caso o qual, de acordo com André (2008), não é um método específico, mas sim aquilo que resulta a partir desse processo como a propriedade de viabilizar elementos capazes de tornar claro compreensível o fenômeno estudado e, assim possibilitar caminhos para outros conhecimentos inovadores que possam contribuir para uma discussão mais ampla no sistema educacional. E, parafraseando Goldenberg (2005), o estudo de caso não é uma técnica específica, mas um estudo mais afinado e que busca compreender os fenômenos na sua totalidade e complexidade.

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo de um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 2005, p. 18).

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa descritiva, através de fontes válidas, confiáveis e objetivas, por compreender que esta abordagem é mais adequada para este tipo de análise e interpretação do pesquisador. Por isso, o pesquisador deve ser imparcial, não quantificar, também não querer responder questões particulares dos entrevistados nem induzir a respostas que, porventura, pretende ouvir. Ele se posiciona com imparcialidade atentando para as questões socioculturais. A pesquisa qualitativa

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Nesse sentido, é importante que o pesquisador exerça a função em que possa auxiliar e que conduza para uma melhor compreensão do objeto de estudo, buscando compreender os fenômenos do espaço e/ou sujeitos de sua pesquisa sem interferir na forma de pensar dos pesquisados, dando apoio para que as pessoas se posicionem de maneira espontânea, sem a indução do pesquisador para que o pesquisado possa atuar com tranquilidade e naturalidade.

Para obtenção das informações, foram realizadas visitas ao espaço escolar a fim de acompanhar o dia a dia do aluno em sala de aula e o seu desenvolvimento escolar. Buscou-se acompanhar parte da rotina, a forma de aprendizagem, a adaptação e apropriação dos conteúdos trabalhados pelos professores.

Após levantamento de dados *in loco*, foi realizada pesquisa teórica com autores. Foram estudados artigos científicos e teses que abordavam elementos da Educação Especial e Educação Inclusiva e outras questões referentes ao sistema educacional. Os artigos utilizados neste estudo foram buscados em fontes virtuais

através da plataforma *scielo*, *google acadêmico* e outros sites especializados. Adotou-se, ainda, como critério de inclusão e/ou exclusão as palavras-chave *Educação Especial* e *Escola Inclusiva* para aproximar o texto com o foco do estudo.

O protagonista é um adolescente do sexo masculino, 12 anos, estudante do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública do município de Curaçá-Bahia, com deficiência neuromotora, o que ocasiona dificuldades de aprendizagem e das habilidades de coordenação motora, o que dificulta também sua locomoção. Aliado à essa situação, o estudante tem dificuldades na fala, fatores causados por paralisia ainda na infância, segundo relato familiar. O adolescente vive com a mãe e outros familiares e não conta com a presença do pai. De acordo com a mãe, a não ausência paterna dificulta mais ainda a vida do filho, pois, por falta de recursos financeiros, limita os suportes necessários para potencializar as capacidades do educando no desenvolvimento de suas habilidades.

Dentre tantos desafios que o estudante tem de superar em sua vida cotidiana como adaptar-se às condições adversas que lhes são impostas, na vida escolar não se faz diferente, pois há necessidade de enfrentar ainda assentos descontáveis e não adaptáveis às suas condições físicas, falta de rampas de acesso à sala de aula e o desconforto de um espaço não planejado para deficientes físicos, uma realidade ainda muito comum para os estudantes brasileiros. Na tentativa de amenizar o distanciamento entre o sujeito e os demais colegas de turma, a instituição conta com o apoio de uma professora auxiliar para intermediar os conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula.

Sabe-se das dificuldades que as instituições de ensino da rede pública enfrentam, no entanto, é importante a escola possuir o mínimo possível em infraestrutura física que atenda às necessidades desses educandos, além de sala de Atendimento Educacional Especializado, recursos materiais e metodológicos e que atendem para os documentos que orientam a Educação Especial, bem como, professores com formação e conhecimentos gerais para o exercício da docência nesse tipo de educação, essa formação possibilita aprofundamento do caráter interativo e interdisciplinar na atuação.

## **REFLEXÕES SOBRE O CASO ESTUDADO**

É notório que o educando apresenta características de dificuldades na assimilação dos conteúdos nos aspectos cognitivos. Nesse sentido, é importante que o

professor e/ou auxiliar observem e percebam as fragilidades e possam desenvolver e/ou explorar outras potencialidades do estudante e assim contribuam significativamente no processo de ensino e aprendizagem de tal forma que o sujeito adquira e desenvolva competências e habilidades tanto nos aspectos físicos quanto cognitivos. Nessa perspectiva, Santos (2009, p. 8) diz:

As dificuldades podem decorrer de fatores orgânicos, intrínsecos ao indivíduo e extrínsecos, ou seja, contextuais ou mesmo emocionais, bem como pela combinação destes. É importante que sejam descobertos o quanto antes, a fim de auxiliar o desenvolvimento no processo educativo. É importante que todos os envolvidos no processo educativo estejam atentos a essas dificuldades, observando se são momentâneas ou se persistem ao longo do tempo.

É indispensável que seja dada a devida importância ainda na fase inicial do ano letivo para que se perceba precocemente as fragilidades que a pessoa com limitação apresenta, no intuito que se possa atuar com maior agilidade e eficiência para o desenvolvimento cognitivo e motor durante o processo de ensinoaprendizagem, possibilitando que aconteça com efetividade e, assim, o aluno possa se desenvolver gradativamente. Pois, a aprendizagem ocorre através de um processo de assimilação e necessita de adaptações. Assim, o sujeito procura adquirir e criar alguns esquemas que possibilitem/facilitem desenvolvimento na resolução de tarefas. Segundo Bazzi (2000, p. 12), diz que:

Aprendizagem como um processo de assimilação/adaptação de hábitos, conceitos, acontecimentos, procedimentos e atitudes, valores e normas; em que o sujeito adquire determinados esquemas cognitivo/mentais provenientes do meio a que pertence, através de sua própria estrutura cognitiva, com a finalidade de resolver tarefas e adaptar-se de forma ativa e construtiva.

Ainda segundo Bazzi (2000), é importante reforçar que o processo de ensino e aprendizagem requer muita atenção, pois se trata de uma estruturação de esquema mental e adaptação do aluno para que haja compreensão. É necessário que o mesmo assimile os conteúdos/conceitos para o entendimento. Nesse sentido, pode-se pensar que não é um processo que deve ser tratado de maneira simplista e que se faz necessário, também, a compreensão dos profissionais da educação quanto a complexidade do processo de ensinoaprendizagem (BAZZI, 2000) na Educação Básica pública no Brasil. Isto se aproxima do que rege as leis nacionais que enfatizam que a Política Nacional de



Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tenha por objetivo a promoção do acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares e orienta às escolas para promoverem respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

A escola, tal como se tem conhecimento, ainda não possui de forma especializada/efetivada trabalhos com resultados concretizados voltados para Educação Especial Inclusiva, salvo algumas exceções. As instituições de ensino regular precisam comprometer-se com a diversidade que está em cada sujeito. De acordo com Costa (2017), a partir da década de 80, teve início a reestruturação da ideia de inclusão que estimulou mudanças e teve forte impacto na sociedade.

A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que busca assegurar e promover condições de oportunidade para o pleno desenvolvimento e exercícios dos direitos da pessoa com deficiência entre estes direitos, a educação. De acordo com Mendonça (2015), a Educação Especial trata de uma modalidade de ensino voltada a alunos com deficiências, seja física, sensorial, mental ou múltipla, ou de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. É a educação que se ocupa do atendimento às pessoas com deficiência em instituições especializadas, escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual. É importante diferenciar a Educação Especial de Educação Inclusiva, conceito que surgiu em 1994, com a declaração de Salamanca, na Espanha.

A ideia é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência. Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto. No entanto, por

vezes, surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com deficiências devido à necessidade de criar as condições adequadas. (MENDONÇA, 2015, p. 4).

Nesse sentido, o papel da escola é indispensável na construção e criação de melhores espaços, com adequação necessária para que possa receber e atender ao portador de necessidades condições para que este aprenda, se desenvolva e acima de tudo integrado ao espaço de vivência com as demais pessoas. Não se pode negar todo o esforço e empenho que esta instituição procura oferecer ao educando com deficiência, porém não é o suficiente, pois a própria instituição possui suas limitações e enfrenta dificuldades para oferecer um atendimento mais apropriado e justo a sua demanda. Foi possível perceber como ainda há um distanciamento entre a teoria e a realidade. A instituição entende claramente a importância de atender o seu grupo de aluno, tem o seu planejamento anual pré-estabelecido no PPP.

A teoria garante o atendimento, a inclusão, a permanência e até mesmo assegura que o aluno seja incluído na sala de aula (LDB 9394/96). No entanto, pouco se vê na prática. Hipoteticamente, não seja por falta de vontade ou de compreensão da realidade, mas pela própria organização maior, hierarquicamente constituído pelo sistema nacional. Observou-se, nas falas das pessoas que administram a instituição o desejo, a vontade e as expectativas de atender as necessidades que o aluno apresenta, porém, outras dificuldades também são enfrentadas pela escola, recursos financeiros, baixa estrutura física, pouca acessibilidade, faltam rampas de acesso às salas e corrimão, fatores que prejudicam o rendimento escolar. Percebeu-se, que a escola não possui um espaço de AEE para que possa auxiliar no desenvolvimento dessa criança e que esse tipo de atendimento é disponibilizado conforme planejamento da secretaria municipal de educação que abre espaço em dias alternados fora do ambiente escolar o qual pertence o educando. O acompanhamento é realizado duas vezes semanais, aproximadamente, embora famílias alegam que nem sempre podem acompanhar a criança ao local e horário marcado devido outras ocupações. Diante disso, surge a importância de a instituição disponibilizar um espaço próprio para que possa manter um ensino aprendizagem com a mesma qualidade que é oferecida aos demais alunos.

Nesse sentido, é importante que a criança se sinta parte do processo e inclusa na escola e que não se sinta diferente dos demais e que não precise sair de seu ambiente para complemento de sua aprendizagem em outros espaços, salvo as situações

extracurriculares conforme outras necessidades que sejam pertinentes ao seu desenvolvimento e que contribua na evolução do educando.

Em conversa com a auxiliar de ensino percebeu-se que ela não possui nível superior, nem formação específica na área e, até o momento, não passou por treinamento ou qualquer tipo de formação e/ou capacitação voltada para trabalhar com o público portador de necessidades especiais. Apesar de alguns teóricos sinalizarem a capacitação específica de profissionais como sendo fundamental para lidar com o público AEE escolar, ainda não é isso o que acontece na prática o que se leva a pensar que estamos distantes de atingir esse objetivo. De acordo com Tardif (2002, p. 114-115):

É no pessoal escolar, e mais especificamente nos professores, que essa situação crítica repercute com mais força. As pessoas se interrogam cada vez mais sobre o valor do ensino e seus resultados. Enquanto as reformas anteriores enfatizavam muito mais as questões de sistema ou de organização curricular, constata-se, atualmente, uma ênfase maior na profissão docente, e também na formação dos professores e na organização do trabalho cotidiano. Exige-se, cada vez mais, que os professores se tornem profissionais da pedagogia, capazes de lidar com os inúmeros desafios suscitados pela escolarização em todos os níveis do sistema de ensino.

Infelizmente, muitas das obrigatoriedades deixam a desejar e não são cumpridas, no que diz respeito à educação, o que sugere pensar que a educação pode ser vista de forma simples e do “faz de conta”, pois o que está escrito no papel não acontece na prática. De acordo com o professor da sala de aula, a quantidade de alunos é um fator que contribui para não conseguir realizar um trabalho melhor direcionado para o educando, pois não há tempo suficiente para maior dedicação, bem como trabalhos com exercícios e atividades mais aprofundadas e direcionadas, a partir das limitações e necessidades do aluno.

Observou-se que as aulas são planejadas e trabalhadas igualmente para a turma, sem qualquer diferenciação e sem considerar o ritmo de aprendizagem do educando, ou seja, não se sabe com clareza se a aprendizagem está sendo significativa ou não para o educando “especial”. A prática educativa é um fator indissociável do ensino-aprendizagem. É importante pensar nas diferenças existentes em sala de aula e considerar que tipo de ensino aprendizagem deseja alcançar. É preciso refletir também sobre as possíveis dificuldades que o educando possa ter na absorção dos conteúdos e nas relações de interpretação entre o que ele já sabe e o novo que está sendo ensinado.

## BREVES CONSIDERAÇÕES

Entende-se que o dia a dia da sala de aula ainda não é só o que orienta e norteia a literatura porque a dicotomia entre a teoria e a prática estão em realidades que ainda não se dialogam claramente ou não se compreendem entre si. É verdade que se tem alcançado alguns avanços na Educação Especial/Inclusiva, porém, ainda há um caminho longo a ser percorrido para poder diminuir a distância entre o pensado e o realizado.

Buscar compreender o processo de ensino e aprendizagem deste educando foi importante para entender como acontece este processo e perceber que o avanço educacional conteudista não está tão próximo dele. Na prática notou-se que há tentativas de incluí-lo no mundo da leitura e escrita, porém, ainda com baixo rendimento e aproveitamento daquilo que se projeta. Mesmo com a todas as limitações na aprendizagem no atingimento daquilo que se espera para o educando, é importante que o educador busque alternativas para melhorar o rendimento do aluno e o mesmo possa atingir um aprendizado significativo e prosseguir avançando na aprendizagem e nas séries seguintes. Mas, cabe ressaltar o desejo do educando em aprender, cumprir suas tarefas escolares, desempenhar e realizar as atividades e o seu comportamento tranquilo durante as aulas, sem qualquer interferência ou interrupção das aulas ministradas pelo professor. Outro aspecto que despertou atenção e curiosidade foi que a aparentemente o professor responsável pela sala de aula esquecesse que o aluno portador de necessidade especial é de responsabilidade do mesmo transferindo a responsabilidade para a auxiliar de ensino.

Para que ocorra uma educação de qualidade direcionada aos alunos com necessidades especiais, a escola precisa ter uma infraestrutura adequada e capacitar seus professores e demais funcionários para receber essas crianças e jovens proporcionando, desse modo, um ensino com melhor aproveitamento. A esse respeito, percebe-se que é no pessoal escolar, e mais especificamente nos professores, que essa situação crítica repercute com mais força. Nesse sentido, é relevante que toda a equipe escolar busque a capacitação contínua como ferramenta de suporte para melhor desenvolver o seu trabalho educativo. Viver e estudar com os seus pares, na sua comunidade, abrangendo a escola em que está inserido no seu bairro, é ter acesso a uma Educação Inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BAZZI, Gisele A. do Patrocínio. **As dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita e suas relações com a ansiedade**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Atual. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL. **Lei LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei n. 9.394/96. 11. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão**: Revista de Educação Especial, Brasília, DF, v. 4, n. 1, ed. esp., p. 7-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf> Acesso em: 26 maio 2018.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 2000.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular**: análise sobre práticas pedagógicas. Caicó: UFRN, 2017.

GLAT, Rosana; FONTES, Rejane de Souza; PLETSCHE, Márcia Denise. Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. **Inclusão Social**, Duque de Caxias, n. 6, p. 13-33, nov. 2006.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade o. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. *In*: GLAT, Rosana. (org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 15-35.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como faz pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12. ed. São Paulo: Record, 2005.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Educação especial e inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, 8., 2015, Uberaba. **Anais....** Uberaba: Uniube, 2015. Disponível em: <https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf>. Acesso: 27 maio 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SANCHES, Isabel; THEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 8, p. 63-83, 2006.

SANTOS, Nilza Maria dos. **Problematização das dificuldades de aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Atividades do Programa de Desenvolvimento Educacional. Londrina: UEL, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ZILLOTTO, Gisele Sotta. **Especialização em educação especial e educação inclusiva**. 2. ed. rev. ed. Curitiba: Ibepex, 2007.